

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO

Curso de Enfermagem

Gabriela Sousa da Silva

Rafael Luiz de Souza

**O CONHECIMENTO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NO
ATENDIMENTO A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO, UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

São Paulo

2024

Gabriela Sousa da Silva

Rafael Luiz de Souza

**O CONHECIMENTO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NO
ATENDIMENTO A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO, UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Enfermagem do centro Universitário São Camilo, orientados pela Prof^a Dr^a Caroline Terrazas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

São Paulo

2024

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecas São Camilo

Silva, Gabriela Sousa da

O conhecimento do profissional enfermeiro no atendimento a população transgênero, uma revisão integrativa / Gabriela Sousa da Silva, Rafael Luiz de Souza. -- São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2024.
34 p.

Orientação de Caroline Terrazas.

Trabalho de Conclusão de Curso de Enfermagem (Graduação), Centro Universitário São Camilo, 2024.

1. Acolhimento 2. Cuidados de enfermagem 3. Estudantes de enfermagem
4. Identidade de gênero 5. Pessoas transgênero I. Souza, Rafael Luiz de II.
Terrazas, Caroline III. Centro Universitário São Camilo IV. Título

CDD: 610.7301

Gabriela Sousa da Silva

Rafael Luiz de Souza

**O CONHECIMENTO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NO
ATENDIMENTO A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO, UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Prof^a Dr^a Caroline Terrazas

Professor examinador

AGRADECIMENTOS

À orientadora Prof^a Dr^a Caroline Terrazas, em especial pela abertura e incentivo.

Aos meus pais, pela leniência, paciência e amor.

Aos amigos, amores e colegas que pacientemente me acompanharam por essa navegação intensa, fortalecendo meus passos.

A todas as curandeiras, doulas, parteiras e assistentes sociais que me empurraram para frente, abrindo caminhos, me mostrando uma saúde subversiva, ancestral e atual ao mesmo tempo.

A todas as enfermeiras que sempre endurecem, mas sem perder a ternura.

Gabriela Sousa da Silva

À Prof.^a Dr^a Caroline Terrazas, nossa orientadora nessa pesquisa, pela dedicação de seu tempo, por compartilhar seu conhecimento e disponibilidade, por nos guiar no caminho da escrita de forma assertiva e incentivadora, pelo seu carinho e acolhimento.

À professora Dr^a Ana Cláudia A. Garzin por sua contribuição, não só ao longo de vários semestres ministrando disciplinas, mas também pela leitura e orientação de parte da escrita desse trabalho.

Às professoras do curso de Enfermagem do Centro Acadêmico São Camilo, que estiveram junto comigo nessa jornada de conhecimento e instrumentalização, e contribuíram com a minha formação.

À minha família e amigos pelo apoio sempre.

À Yuri Nacagome por sua contribuição no idioma inglês e pela parceria e carinho ao longo desses anos.

Rafael Luiz de Souza

EPÍGRAFE

“Se sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do SEXO”. (Judith Butler, 1990)

RESUMO

Pessoas transgênero enfrentam dificuldades de acesso aos serviços de saúde devido a preconceitos, estigma e, por vezes, ausência de acolhimento por parte dos profissionais de saúde. Para que a enfermagem acolha e preste uma assistência adequada à população LGBTQIAP+, é importante o conhecimento sobre os conceitos de identidade de gênero e sexualidade. Isso posto, o presente estudo tem como objetivo identificar o conhecimento da pessoa enfermeira no atendimento de pessoas trans nos serviços de saúde. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que buscou responder a seguinte pergunta: “Qual o conhecimento do profissional enfermeiro sobre o atendimento de pessoas trans nos serviços de saúde?”. A busca foi realizada nas bases de dados LILACS, SciELO, BDENF, Medline e CAPES. Utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), buscou-se os descritores “transgênero”, “transexuais” e “assistência de enfermagem”. Para efetivação da busca, utilizamos os operadores Booleanos OR e AND, resultando na seguinte expressão: “transgênero” OR “transexuais” AND “assistência de enfermagem”. Foram selecionados artigos que respondessem à pergunta proposta e que permitissem acesso ao texto integral nos idiomas português ou inglês, entre os anos de 2018 e 2023. A pesquisa resultou em 194 artigos no total que após a utilização dos critérios de exclusão desse estudo, foram selecionados 7 artigos, os quais foram divididos em três categorias: fragilidades no atendimento de pessoas trans, (des)conhecimentos do profissional enfermeiro sobre o atendimento da população transgênero e Políticas Públicas. As referidas categorias evidenciaram a falta de preparo da pessoa enfermeira no atendimento às pessoas trans, pois esses profissionais não possuem conhecimento significativo sobre gênero e sexualidade. Essa falta de entendimento para além do gênero binário, é uma falha notada desde a graduação, uma vez que o ensino superior de enfermagem está pautado na binaridade de gênero imposta pela genitália de nascença do indivíduo, fato esse, reforçado quando se entende saúde dentro do espectro da heteronormatividade compulsória imposta pela sociedade. Assim sendo, a população trans não é devidamente acolhida e por vezes, enfrentam situações constrangedoras e/ou discriminatórias por parte do profissional que a atende. Faz-se necessário sensibilizar o profissional enfermeiro desde o ensino na graduação, trazendo a pauta de gênero e sexualidade para a discussão em sala de aula, assim ampliando o repertório de conhecimento humano dos futuros profissionais. O mesmo deverá ser feito com os profissionais que já estão na assistência, através de treinamentos, conversas e discussões, esses serão capazes de entender algo até então desconhecido para a grande maioria.

Palavras-chave: pessoas transgênero; assistência de enfermagem; acolhimento, identidade de gênero; sexualidade; educação superior; estudantes de enfermagem; transfobia.

ABSTRACT

Transgender people face difficulties accessing healthcare services due to prejudice, stigma, and sometimes inadequate user embracement from healthcare professionals. For nurses to provide adequate care and support to the LGBTQIAP+ population, it is important to know gender identity and sexuality concepts. Considering that, this study aims to identify nurses' knowledge in providing healthcare to transgender individuals and whether this topic was addressed during their undergraduate education. This is an integrative literature review that seeks to answer the following question: "What is the knowledge of nurses regarding the healthcare of transgender individuals?" The search was conducted in the following databases: LILACS, SciELO, BDENF, Medline, and CAPES. Using Health Sciences Descriptors (DeCS), the keywords "transgender," "transsexuals," and "nursing care" were used. To refine the search, Boolean operators OR and AND were used, resulting in the following expression: "transgender" OR "transsexuals" AND "nursing care." Articles that answered the research question and provided access to the full text in Portuguese or English between 2018 and 2023 were selected. The search resulted in a total of 194 articles, from which 7 were selected after applying the exclusion criteria. These articles were categorized into three groups: shortcomings in transgender care, nurses' (un)awareness of transgender healthcare, and Public Policies. These categories revealed nurses' lack of readiness to provide care to transgender individuals due to their limited knowledge of gender and sexuality. This lack of understanding beyond the binary gender is evident from undergraduate education, as nursing education is based on the binary gender imposed by an individual's birth genitalia, reinforced by the compulsory heteronormativity in society's health spectrum. Therefore, transgender individuals are not properly accommodated and often face embarrassing or discriminatory situations from the attending professional. It is necessary to sensitize nurses from undergraduate education by bringing gender and sexuality issues into classroom discussions, thus expanding the repertoire of human knowledge for future professionals. The same approach should be taken with professionals through training, conversations, and discussions, enabling them to understand something previously unknown to the majority.

Keywords: transgender persons; nursing care; user embracement; gender identity; sexuality; universities; nursing; transphobia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de seleção de estudos. São Paulo, 2024.....	16
Gráfico 1 – Porcentagem de artigos encontrados. São Paulo, 2024.....	17
Gráfico 2 - Porcentagem dos artigos selecionados. São Paulo, 2024.....	17
Gráfico 3 – Porcentagem com relação ao ano de publicação dos artigos selecionados. São Paulo, 2024.....	18
Quadro 1 – Artigos relevantes relativos ao objeto de pesquisa, São Paulo 2024.....	18
Quadro 2 – Distribuição das categorias temáticas segundo os códigos dos estudos e a porcentagem presente em cada categoria, São Paulo, 2024.....	21

Sumário

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	GÊNERO E TRANSGENERIDADE	11
1.2	TRANSGENERIDADE E ESTIGMATIZAÇÃO	12
1.3	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A POPULAÇÃO TRANS	13
2	OBJETIVO	14
3	MÉTODO	15
3.1	DELINEAMENTO DE ESTUDO	15
3.2	IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E ELABORAÇÃO DA PERGUNTA NORTEADORA	15
3.3	BUSCA NA LITERATURA	15
4	RESULTADOS	16
5	DISCUSSÃO	22
5.1	FRAGILIDADES NO ATENDIMENTO DE PESSOAS TRANS	22
5.2	(DES)CONHECIMENTOS DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO SOBRE O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO	24
5.3	POLÍTICAS PÚBLICAS	27
6	CONCLUSÃO	29
	REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

A marginalização social é um conceito caracterizado pela ausência de direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, tal fenômeno é uma consequência do processo histórico que marca a origem do Brasil. O fato se reflete no acesso fragilizado aos equipamentos de saúde (FRANCO, CASTANHO, OLIVEIRA, 2019). Dessa forma, pessoas transgêneros, também nomeadas apenas trans, tem dificuldade no acesso e permanência em serviços de saúde (ROCON *et al*, 2016).

Ao romper com o referencial normativo, pessoas trans são negligenciadas e expostas a diversas violências, como o desrespeito ao nome social, transfobia, entre outros. Essa experiência vivida dificulta a busca por atendimento, em especial quando essa identidade se atrela a outros marcadores sociais, como sexualidade, etnia, classe social (ROCON *et al*, 2016; SOUZA, TANAKA, 2022; MORAIS *et al*, 2023).

Um importante marcador da disparidade no acesso a direitos se exemplifica na expectativa de vida: enquanto a expectativa de vida da população brasileira é de 74 anos, a da população trans é de 35 anos (GARCIA, SILVA, SANCHEZ, 2020). Percebendo a desassistência em saúde, na 13ª Conferência Nacional de Saúde evidenciou-se a necessidade de tornar variabilidades de gênero e sexualidade determinantes sociais em saúde. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Trans (PNSILGBT) tem como objetivo promover saúde integral de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Trans (LGBT), entretanto, para além das estratégias políticas de desenvolver protocolos de atendimento, é necessário capacitar os profissionais sobre vivências e vulnerabilidades de pessoas trans (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO, 2023).

Apesar das iniciativas em políticas públicas, evidencia-se um déficit de profissionais preparados para atender as demandas específicas dessa população. Sendo a enfermagem uma profissão presente em grande parte dos serviços de saúde, assistindo à população de forma integral, o cuidado em saúde que o enfermeiro exerce deve ser transcultural e livre de julgamentos. Para isso, sua formação deve ser emancipatória, crítica e abrangente, englobando conhecimentos técnicos e também os aspectos sociais que atravessam os corpos que são cuidados na integralidade da assistência (MORAIS *et al*, 2023).

Para o atendimento de pessoas trans, é necessário compreender conceitos como gênero e identidade de gênero, uma construção que permeia o indivíduo a partir de suas vivências, de sua cultura e locais de pertencimento (JESUS, 2012).

1.1 GÊNERO E TRANSGENERIDADE

Procurando questionar a disparidade entre homens e mulheres, em 1949, Simone de Beauvoir lançou sua obra “O Segundo Sexo”, analisando o porquê de a mulher ter uma posição subalterna em relação ao homem. A autora propõe entender, a princípio, o que seria uma mulher, concluindo que, para além do fator biológico, existem estratégias educativas para manter o caráter submisso da mulher desde o nascimento. Desnaturalizando o ser mulher, ao dizer que “ninguém nasce mulher: torna-se”, Beauvoir implica uma construção compulsória do indivíduo, e não um status natural (SARTI, 2004; BUTLER, 2015).

A partir das noções do sexo como cerne das assimetrias entre homens e mulheres, a formulação do que seria gênero foi alvo de diversos estudos, principalmente feministas (JESUS, 2012). Joan Wallach Scott (1990, p.21) pontua gênero como uma estruturação social entre os sexos, dizendo que “o gênero é um elemento constitutivo de relações fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.”

Concebe-se gênero como um regulador de papéis sociais, intrinsecamente relacionado à estrutura político-cultural que o indivíduo se encontra. Gênero é mutável, não sendo nem resultado tampouco inerente ao sexo. Apesar da construção do sujeito estar ligada ao sexo de forma compulsória, a partir das vivências ao longo da vida, essa identidade pode se transformar pois está em constante construção por meio das performances do gênero (BUTLER, 2015). Assim, concebe-se a identidade de gênero como, “[...]a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído [imposto] no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero” (ANMEGHICHEAN, *et al*, 2007, p. 10).

Nesse contexto, podemos assimilar a identidade de gênero como um conjunto de atos performativos, não mecânicos, aderidos ao corpo através da repetição de atos (BUTLER, 2015). Assim, define-se como cisgênero indivíduos cujas experiências de

gênero correspondem a genitália, e, transgênero seriam, por fim, aqueles que transgridem essa lógica (JESUS, 2012). Uma vez que percebem sua transgeneridade, salvo o processo intenso de autopercepção e construção de subjetividade, o sujeito transgênero irá enfrentar a estigmatização ao posicionar-se como trans (ROCON *et al*, 2020).

1.2 TRANSGENERIDADE E ESTIGMATIZAÇÃO

O termo transgeneridade é usado para pessoas transexuais, transgêneros e travestis, e esse processo de autopercepção implica em uma série de violências externas à sua experimentação de gênero (JESUS, 2012; BENTO; PELUCIO, 2012).

Habitando uma não-adequação e/ou identificação ao gênero designado no momento do nascimento (JESUS, 2012), o indivíduo caracterizado como trans é clinicamente diagnosticado dentro do capítulo “Disforia de Gênero” no “Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais – DSM-5” (PEREIRA, GAUDENZI, BONAN, 2021), sendo definido como um sofrimento clínico decorrente da incongruência entre gênero designado e gênero experimentado (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

A definição de um indivíduo trans gera embates em diversos espaços, principalmente científicos, políticos e, por fim, no modelo biomédico, o que levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a retirar, em 2019, a transgeneridade do capítulo de “saúde mental” do CID-10, adotando para a nova edição o termo “incongruência de gênero” no capítulo “condições relacionadas à saúde sexual”. Destaca-se que a experiência trans permanecer em uma Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) corrobora com a estigmatização patologizante desses corpos. Apesar das diversas revisões, essas definições buscam uma conciliação entre sexo e gênero pela ótica (cis)heteronormativa (BENTO; PELUCIO, 2012; BONASSI, 2017; PEREIRA, GAUDENZI, BONAN, 2021).

O Processo Transexualizador é uma estratégia dentro da PNSILGBT criado em 2008, reestruturado em 2013, cujo objetivo é promover acesso a transformações hormonais e cirúrgicas à população trans (ANDRADE, ANDRADE, 2017). Embora

produtiva, o acesso a essa política é burocrático e restrito a poucos locais do país (MELLO, 2011).

Considerando a vivência trans como uma patologia, esses corpos são vistos de forma reducionista. Destaca-se que apesar do diagnóstico proporcionar acesso à saúde e cidadania como direito, ele também cristaliza a marginalização, gerando um impasse (ARÁN, MURTA, 2009). O corpo trans experencia a estigmatização através da desqualificação social, os colocando como indesejáveis ao quebrarem o padrão social hegemônico (BRAGA, 2013).

Por se encontrarem “fora da norma” esses sujeitos experienciam corpos negados e/ou invisibilizados e, não raramente, são vistos com terror, pois a sua “estranha materialidade” evidencia o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades e sugere concreta e simbolicamente possibilidades de proliferação e de multiplicação das formas de existir —dentro, fora e sobre as fronteiras que demarcam as “vidas possíveis” (BRAGA, 2013, p. 8).

Para transpor o estigma, é necessário compreender que o acesso dessa população a serviços de saúde não pode estar limitado à sua identidade (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO, 2023). Situações violentas que se caracterizam desde o desrespeito ao nome social até a omissão de atendimento são alguns exemplos que afastam pessoas trans do acesso a equipamentos de saúde, consequentemente, gerando piora nas condições de saúde e busca por outros meios de acesso à hormonização ou procedimentos para adequação de sua imagem (ROCON, 2020; SOUZA, TANAKA, 2022).

A desassistência em saúde é consequência de uma série de fatores para além do estigma. Entre eles, cabe destacar a falta de preparo dos profissionais que recebem essa população nos consultórios (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO, 2023).

1.3 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A POPULAÇÃO TRANS

O Ensino em Enfermagem é regulamentado por diretrizes curriculares que direcionam a formação do profissional para uma atuação integral, considerando gênero, raça e orientação sexual (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). É urgente

uma formação abrangente e crítica, considerando-se que “o cuidado, objeto direto da enfermagem, não pode mais restringir-se ao fazer mecanicista restrito à prática profissional, marcada pela vivência e previsibilidade do homem objeto” (BARRETO; MOREIRA, 2000 apud MENDES, 2015, p. 24).

Assistência de enfermagem engloba uma série de elementos técnicos e gerenciais, baseados em competências científicas e sociais, para a organização da prestação de uma assistência ao usuário de um serviço de saúde, abrangendo suas necessidades de forma comprometida para sua melhora e/ou manutenção de saúde (SOUZA, 2005).

Cuidado é importante para a enfermagem, ele está no cerne da prática, e, para tal, é necessário compreender o outro para além de sua dimensão social e pessoal. O valor do cuidado para a enfermagem é constituído pela ética e valorização da vida, considerando sua complexidade e subjetividade (SOUZA, 2005). Sobre isso, para cuidar é preciso considerar que as combinações identitárias entrecruzam o indivíduo (SOUZA; TANAKA, 2022).

Para uma assistência integral, equalitária e universal, o cuidado deve ser abrangente e não limitado ao parâmetro biomédico onde intervenção tende a patologizar. Reduzir o cuidado da população trans apenas a práticas de vigilância e prevenção voltadas para ISTs e processos de transformação (cirúrgica ou hormonal) retroalimenta o ciclo de estigmatização-exclusão-adoecimento (SOUZA; TANAKA, 2022).

O enfermeiro costuma ser o principal profissional da saúde a realizar o acolhimento, o primeiro contato com o usuário, compreendendo os desafios de uma assistência integral a uma população marginalizada, a presente pesquisa visa averiguar o conhecimento do enfermeiro no que tange ao atendimento de pessoas trans nos serviços de saúde.

2 OBJETIVO

Identificar o conhecimento do profissional enfermeiro no atendimento de pessoas trans nos serviços de saúde.

3 MÉTODO

3.1 DELINEAMENTO DE ESTUDO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método esse que consiste na reunião e síntese de informações delimitadas dentro de estudos publicados, o que nos permite a coleta de dados acerca de uma temática previamente definida, bem como um aprofundamento sobre o tema e posterior síntese das informações (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008).

Para a elaboração desse estudo seguimos as seis etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008), que consiste em:

- Identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa;
- Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/ amostragem ou busca na literatura;
- Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos;
- Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa;
- Interpretação dos resultados;
- Apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

3.2 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E ELABORAÇÃO DA PERGUNTA NORTEADORA

O estudo foi elaborado buscando respostas para a seguinte pergunta tema: “Qual o conhecimento da pessoa enfermeira sobre o atendimento de pessoas trans nos serviços de saúde?”.

3.3 BUSCA NA LITERATURA

Definida essa questão, foi realizada a revisão de literatura buscando artigos disponíveis no Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) que abrange as seguintes bases de dados: Medical Literature Analysis and Retrievel System Online (Medline), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados em Enfermagem (BDENF), somada as bases da Scientific Eletronic Library Online (SciELO). Utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS),

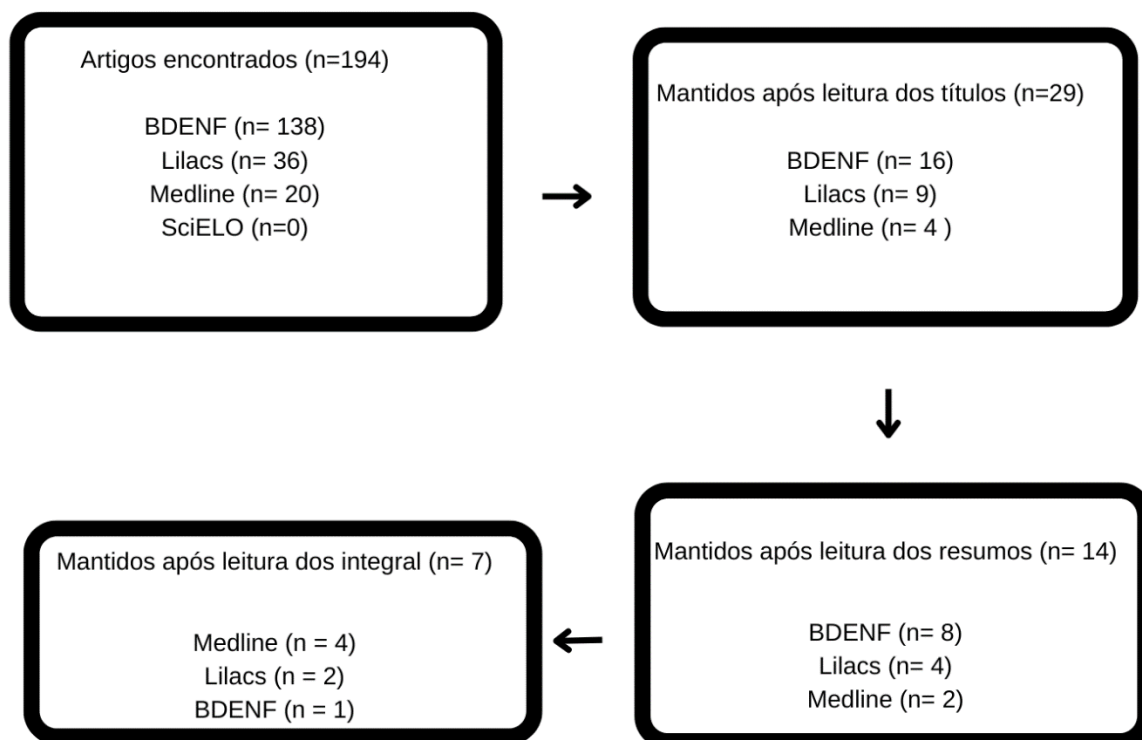
buscou-se os descritores “transgênero”, “transexuais” e “assistência de enfermagem”. Para efetivação da busca, utilizamos os operadores Booleanos OR e AND, resultando na seguinte expressão: “transgênero” OR “transexuais” AND “assistência de enfermagem”.

4 RESULTADOS

Como critério de inclusão, foram considerados artigos que abordassem, em sua temática, transgeneridade/transexualidade, atenção à saúde da pessoa trans e acolhimento/cuidados do (a) enfermeiro (a), e que permitissem acesso ao texto integral nos idiomas português ou inglês, entre os anos de 2018 e 2023. Foram excluídos os artigos que não abordavam o tema diretamente, artigos de revisão integrativa, revisão da literatura, relato de experiência e teses.

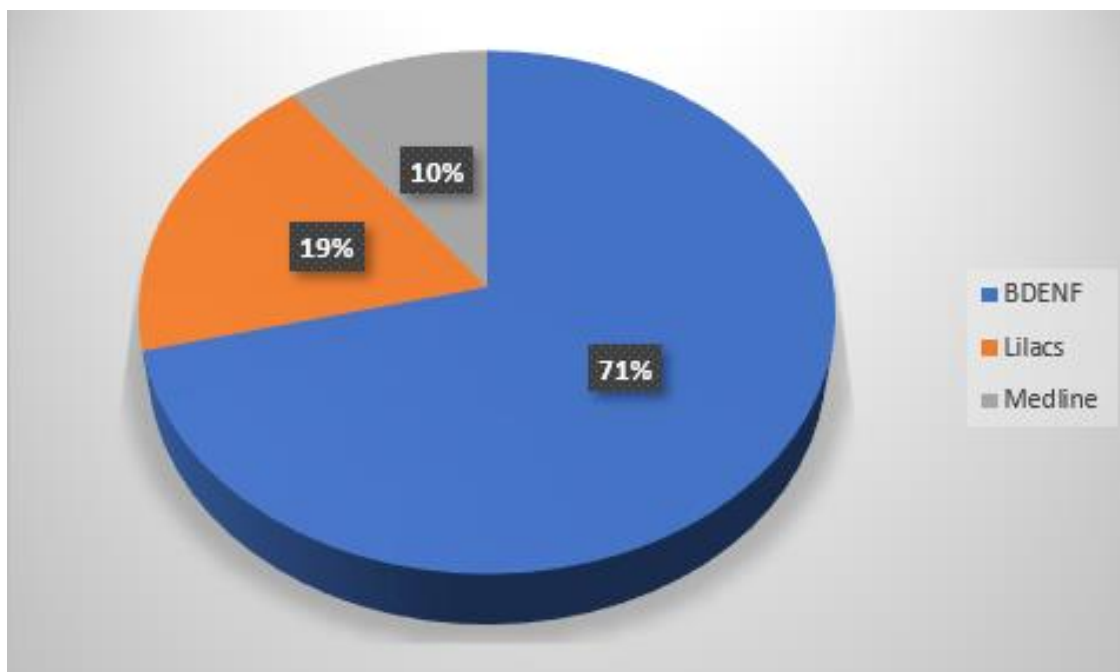
A pesquisa resultou em 194 artigos no total. A quantificação dos artigos, bem como as etapas de seleção, pode ser vista no fluxograma da figura 1.

Figura 1 – Fluxograma de seleção de estudo. São Paulo, 2024.



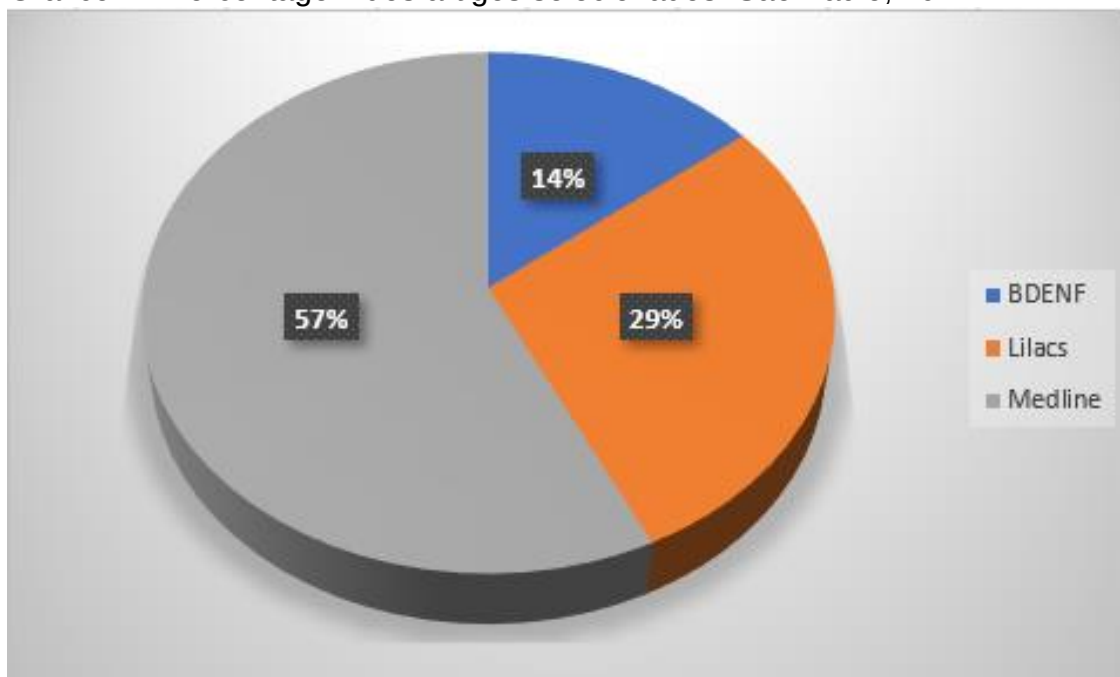
Elaborado pelos autores

Gráfico 1 – Porcentagem de artigos encontrados. São Paulo, 2024.



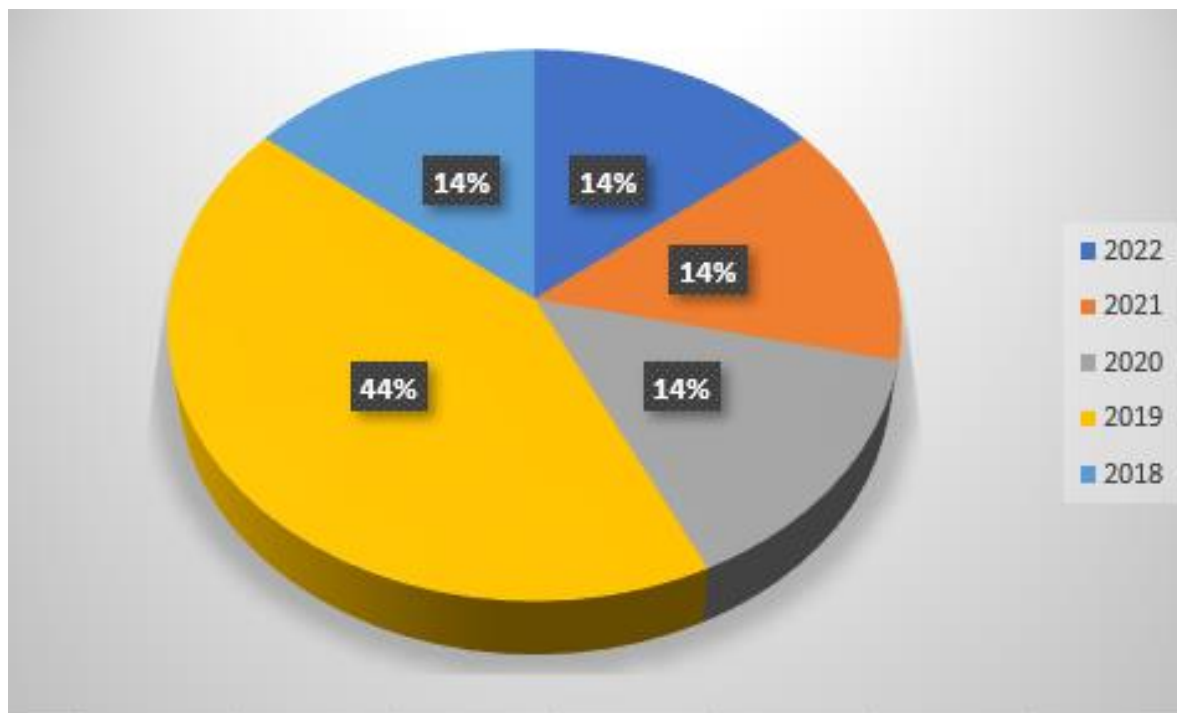
Elaborado pelos autores.

Gráfico 2 - Porcentagem dos artigos selecionados. São Paulo, 2024.



Elaborado pelos autores

Gráfico 3 – Porcentagem com relação ao ano de publicação dos artigos selecionados. São Paulo, 2024.



Elaborado pelos autores.

Ao final foram selecionados sete artigos, sendo cinco artigos da BDENF, cinco da LILACS, dois da Medline. Os artigos estão apresentados no quadro1.

Quadro 2 – Artigos relevantes relativos ao objeto de pesquisa. São Paulo, 2024.

Código do artigo/Ano de publicação	Título/Periódico	Objetivo	Resultados	Grau de Evidência
A1 2022	<i>Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica</i> Escola Anna Nery Revista de Enfermagem.	Identificar e discutir os motivos que dificultam ou restringem a acessibilidade dos transexuais aos serviços básicos de saúde.	Emergiram, da análise dos dados, as seguintes categorias temáticas: Baixa resolutividade e múltiplos entraves do acesso do transexual ao atendimento básico de saúde; Não inclusão e autoexclusão: o explícito não pertencimento ao Sistema Único de Saúde	5

Código do artigo/Ano de publicação	Título/Periódico	Objetivo	Resultados	Grau de Evidência
A 2 2021	<i>Transfobia Velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais.</i> Ver. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online	Compreender os sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de pessoas travestis e transexuais na atenção básica.	Os sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento às pessoas travestis e transexuais na atenção básica se alicerçam em questões como constrangimento, neutralidade e desconhecimento frente às questões de gênero para além do binarismo de gênero.	5
A 3 2020	<i>“A saúde não discute corpos trans”:</i> História Oral de transexuais e travestis. Revista Brasileira de Enfermagem.	Compreender as histórias de vida e o itinerário de travestis e transexuais nos serviços de saúde.	Emergiram dois temas: 1) gênero e sexualidade nas histórias de vida; e 2) as trajetórias nos serviços de saúde. Estes revelaram os desafios no processo de reconhecimento da identidade de gênero perante a família e sociedade. Os relatos mostram os dilemas que transexuais e travestis enfrentam no atendimento à saúde, o que acaba por gerar o afastamento dessa população dos serviços	5
A4 2019	<i>A construção epistemológica da transexualidade: a ciência, enfermagem e o senso comum..</i> Escola Anna Nery Revista de Enfermagem.	Conhecer o senso comum de mulheres transexuais em reação ao processo transexualizador e discutir a construção epistemológica acerca da transexualidade e da enfermagem nesse processo.	O senso comum das entrevistadas evidenciou a transexualidade como uma questão identitária e não uma doença, entraves no atendimento em demandas de saúde e ausência do profissional de enfermagem. Discussão: A construção epistemológica da transexualidade, se dá por meio da ciência, que instrumentalizou a	5

Código do artigo/Ano de publicação	Título/Periódico	Objetivo	Resultados	Grau de Evidência
			Política do Processo Transexualizador e não dispõe de conhecimento apresentado pelo senso comum das usuárias.	
A 5 2019	<i>Conhecimento de profissionais de enfermagem acerca da Assistência à saúde dos transexuais.</i> Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança.	Averiguar o conhecimento dos profissionais de enfermagem acerca da assistência à saúde e políticas públicas relacionadas aos transexuais.	A maioria dos profissionais entrevistados, demonstraram não possuir conhecimento acerca da forma correta de assistência à saúde dessa população específica, considerando que a maioria afirmou não ajudar na marcação de consulta e não prestar atendimento a esses pacientes, no mesmo dia da procura. Além de não apresentarem conhecimentos em relação a existência e/ou como são instituídas as políticas públicas que envolvem os direitos de pacientes transexuais.	5
A 6 2019	<i>Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde.</i> Enfermagem em Foco.	Conhecer a percepção de travestis e transexuais residentes em Chapeco, Santa Catarina, acerca do acesso e assistência em saúde.	o estudo revelou que a discriminação a travestis e transexuais ainda ocorre e se revela especialmente no não reconhecimento ao nome social.	5
A 7 2018	<i>Cuidar de pessoas transexuais na ótica dos residentes de</i>	Identificar a formação dos enfermeiros residentes para	Os discursos analisados levaram a duas categorias: a formação do enfermeiro	

Código do artigo/Ano de publicação	Título/Periódico	Objetivo	Resultados	Grau de Evidência
	<i>enfermagem. Ver enferm UER.</i>	o cuidar qualificado de pessoas transexuais e analisar o processo de cuidar de enfermagem dessa clientela, na perspectiva do residente de enfermagem	e o cuidar de pessoas transexuais e o processo do cuidar de enfermagem na perspectiva do residente	5

Elaborado pelos autores.

Após a leitura dos artigos, os separamos em três categorias, de acordo com o conteúdo de cada um deles. A categorização dos artigos está explicitada no quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição das categorias temáticas segundo os códigos dos estudos e a porcentagem presente em cada categoria, São Paulo, 2024.

Categorias Temáticas	Código do Estudo	Porcentagem
Fragilidades do atendimento de pessoas trans	A1, A2, A3, A4, A6	71,4%
(Des) conhecimentos do profissional enfermeiro sobre atendimento da população transgênero	A2, A4, A5, A6, A7	71,4%
Políticas públicas	A1, A2, A3, A5, A6	71,4%

Elaborado pelos autores.

5 DISCUSSÃO

5.1 FRAGILIDADES NO ATENDIMENTO DE PESSOAS TRANS

De acordo com os artigos selecionados, cinco estudos apontam que, ao acessar espaços de saúde em busca de cuidado, pessoas trans costumam enfrentar dificuldades devido ao despreparo profissional e a ausência da adequação das políticas públicas pensadas para essa população. Rigolon *et al* (2020) apontaram, a partir de sua pesquisa qualitativa fundamentada no referencial metodológico da História Oral, que a saúde não discute corpos trans e que toda a equipe de um serviço de saúde deveria ser adequadamente educada acerca do tema. Na fala dos entrevistados, eles apontam que mesmo cargos ‘maiores’, como médicos e enfermeiros, demonstram despreparo.

Ainda para Rigolon *et al* (2020), sobre a educação desses profissionais, torna-se visível para os usuários que essa ausência de conhecimento tem base na graduação, que não abrange uma completude de abordagens sobre gênero e sexualidade. É pontuada a dificuldade que profissionais de saúde têm em compreender o nome social e respeitá-lo, o que causa afastamento desses usuários do serviço.

Para além disso, Rigolon *et al* (2020) destacam o julgamento e o preconceito que permeiam o atendimento já desqualificado, em que a equipe se preocupa mais com questões relacionadas a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) em detrimento de questões outras que o indivíduo possa demandar, colocando pessoas trans dentro de um estereótipo promíscuo, patologizante e exotificante.

Reis *et al* (2021) pontuaram, a partir das entrevistas de quatro enfermeiros, que há abjeção por parte dos profissionais ao acolherem essa população, reduzindo o olhar à neutralidade, universalizando a subjetividade de pessoas trans. Apesar de assumirem a lacuna educacional em suas trajetórias profissionais, não há movimentação para compreender a complexidade das demandas em saúde que contemplam pessoas trans. Assim, a neutralidade é posta como uma forma de “não ver diferenças” – entretanto, essa postura não condiz com o princípio da equidade e da integralidade que permeiam as questões em saúde dessa população.

Ademais, Reis *et al* (2021) concluíram que há transfobia velada no local de neutralidade onde pessoas trans são colocadas nesses serviços. Corroborando com o dito, Lovinson *et al* (2019) destacaram que o acesso dessa população aos serviços de saúde só acontece em momentos de extrema necessidade, ou seja, não há uma relação confortável em acessar tais serviços para consultas não urgentes devido ao constrangimento de lidar com esses profissionais.

Apesar do atendimento discriminatório, os cinco usuários entrevistados no estudo transversal de Lovinson *et al* (2019) revelaram compreender as políticas públicas para a população trans dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), o que torna explícita a violência em negar-se a usar o nome social, reduzir pessoas trans apenas a demandas específicas ou supor que é necessário hormonização e transformações corporais para que esses sejam reconhecidos como pessoas trans.

Lovinson *et al* (2019) destacam que o acolhimento não se limita a modificações corporais, mas também a proporcionar um espaço seguro de encontro entre o profissional e o usuário, disponibilizando-se a compreendê-lo dentro de seu ritmo, tempo e modo de vida.

No estudo exploratório de Janini *et al* (2019), quarenta dos noventa entrevistados referiram aceitação dessa população por parte da equipe de saúde, porém não é completa devido a perspectiva patológica pela qual seus corpos são olhados. O senso comum social não gera questionamento da normatividade para os profissionais da saúde, que diariamente convivem e atendem demandas divergentes da norma. Apenas reforça as relações de poder, retirando a horizontalidade dos vínculos e colocando pessoas trans em uma posição subserviente.

Os autores citados acima discutiram que, para romper com as fragilidades do atendimento, é necessário reformular ferramentas assistenciais a fim de abranger a integralidade das demandas de uma pessoa trans. Para isso, é necessário um diálogo intersetorial, em todos os níveis de atenção, em especial na enfermagem. Destaca-se no artigo a equipe de enfermagem, que está em todos os processos de saúde que envolvem a assistência dessa população. É frisado o desconhecimento significativo da enfermagem acerca do tema, o que compromete a qualidade da assistência.

Em concordância com Janini *et al* (2019), Gomes *et al* (2022) discorreram sobre o não pertencimento de pessoas trans no SUS, onde a discriminação com determinados grupos gera um sentimento de menos valia social, tanto pelo desinteresse dos profissionais quanto pela inexistência de uma aplicação eficiente das políticas públicas já pensadas e direcionadas à essa população.

Através dos depoimentos, Gomes *et al* (2022) explicitam a invisibilidade das demandas outras, desumanização e desrespeito que permeiam esses atendimentos. Essa ausência reverbera na procura de modelos alternativos de acesso aos dispositivos de saúde, já que há resistência no formato tradicional. A desfragmentação da assistência desqualifica em especial o trabalho da enfermagem, protagonista de muitas estratégias assistenciais.

5.2 (DES)CONHECIMENTOS DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO SOBRE O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO

Dos artigos selecionados, cinco trazem a discussão o (des)conhecimento da pessoa enfermeira sobre o atendimento de pessoas transgênero. Foi constado na formação dos profissionais que a temática de gênero não foi abordada, fato que gera desconhecimento na assistência, seja como residente de enfermagem ou como profissional atuante.

Para Janini *et al* (2019), o atendimento às pessoas trans deve ser qualificado, sem preconceitos, digno e humanizado, e para isso é necessário que haja conhecimento e entendimento das demandas de saúde dessa população. Ao profissional enfermeiro cabe primeiramente o acolhimento das pessoas que procuram os serviços de saúde.

Lovinson *et al* (2019) corroboraram dizendo que a enfermagem tem um papel relevante no acolhimento em serviços de saúde, ressaltando que acolher vai além da cordialidade e tratar as pessoas de forma adequada; é possível e necessário criar relações, estar aberto ao diálogo e entendimento da realidade da pessoa atendida; respeitar a individualidade de cada um, assim criando laços de respeito e confiança.

Foi constatado que a pessoa enfermeira não consegue dispensar um atendimento qualificado e/ou acolher devidamente a população trans, pois, de acordo com Janini *et al* (2019), o profissional enfermeiro não tem conhecimento e clareza a

respeito da não-binariedade de gênero; observa-se que no Brasil há uma lacuna no conhecimento sobre a saúde do referido grupo, tanto no meio acadêmico, quanto nas instituições de saúde. Nos centros especializados, que geralmente oferecem o processo transexualizador, os profissionais estão mais preparados para o atendimento desse grupo. Entretanto, há aceitação parcial por parte desses profissionais, que tendem a lidar com a transgeneridade de forma patológica.

Todavia, a discriminação por parte dos profissionais torna o atendimento significativamente mais falho fora desses ambientes. As travestis e transexuais entrevistadas por Lovinson *et al* (2019) relataram que o maior fator que as afastam dos serviços de saúde é o atendimento discriminatório e a conduta constrangedora dispensada pelos profissionais. De acordo com Albuquerque, Botelho, Rodrigues (2019) *apud* Barchin *et al* (2021), o atendimento encontrado nas unidades de saúde é feito por uma equipe sem preparo que não respeita e não percebe a população LGBTQIAP+ como um grupo vulnerável.

Fernandes *et al* (2019) enfatizaram que a pessoa enfermeira não visualiza as peculiaridades inerentes aos indivíduos transgênero em relação a sua não compatibilidade entre a identidade de gênero e sexo biológico, para, assim, garantir assistência especializada para esse público, visto que a saúde da pessoa transgênero não se resume à cirurgia de redesignação sexual. Para Barchin *et al* (2021), os profissionais mantêm a abordagem estigmatizante desse público, baseada na patologização médico-científica dos corpos não binários.

Esse despreparo e desconhecimento do profissional enfermeiro já é notado durante a graduação de enfermagem, na qual a temática da saúde LGBTQIAP+ não é abordada. Janini *et al* (2019) nos traz que um estudo da faculdade de Nebraska mostrou que a equipe de enfermagem não detém conhecimento suficiente para o atendimento das demandas de saúde de pessoas trans.

Almeida *et al* (2018) corroboraram em sua pesquisa, relatando que a academia não está atenta para a instrumentalização dos futuros enfermeiros a respeito da saúde LGBTQIAP+, principalmente no que tange a gênero. A omissão da temática por parte das instituições de ensino pode acarretar na incapacidade dos profissionais identificarem as demandas dessa população. Ainda dentro da formação dos enfermeiros, esses relatam que a rigidez dos currículos conservadores valorizando

disciplinas obrigatórias em detrimento de disciplinas eletivas limita as possibilidades dos estudantes trilharem sua formação com autonomia de escolhas.

Reis *et al* (2021) confirmaram essa situação, esclarecendo que há uma lacuna técnica na formação de enfermeiros quanto a gênero, fato esse evidenciado na prática da assistência. A formação da pessoa enfermeira está pautada na binariedade de gênero, o que faz com que a lógica retrógrada da associação do órgão genital com gênero e desejo conduza a um atendimento falho e inespecífico da população trans.

Somando aos atores citados acima, Araújo *et al* (2023) enfatizaram que de fato há defasagem na formação dos profissionais de enfermagem para lidarem com a saúde LGBTQIAP+. A partir das entrevistas de seu estudo, evidenciou-se que a maioria dos estudantes entendem a sexualidade e gênero ligados à genitália com a qual a pessoa nasce. Foi constatado também que as práticas de enfermagem relacionadas a sexualidade humana estavam pautadas na visão biologicista.

Em seu estudo, Barchin *et al* (2021) esclareceram que os estudantes entrevistados não se sentem aptos para lidar com a saúde dos corpos não heteronormativos e não-binários, o que sugere que essa temática não é de fato abordada em toda a formação universitária dos profissionais de saúde. Assim sendo, não há preparo para a atuação desses profissionais nas unidades de saúde quando estiverem atuando na assistência.

Ainda dentro do estudo realizado por Almeida *et al* (2018), é evidenciada a percepção dos residentes de enfermagem participantes dessa pesquisa de que a educação na graduação está voltada para o cuidar generalizado de corpos moldados dentro da binariedade de gênero, sem dispender espaço para a discussão e apropriação de conhecimentos próprios da saúde trans, fator esse que desencadeia na dificuldade desses profissionais em idealizar cuidados próprios de enfermagem para tal população.

Pela compreensão de Almeida *et al* (2018), no atendimento da população trans o processo de cuidar em saúde fica comprometido, pois não há o respeito à individualidade e particularidade de cada indivíduo, assim promovendo acolhimento integral e humanizado. O enfermeiro deveria ser capaz de entender a si mesmo e ao

outro, para assim, compreender a dimensão da atenção que deveria ser despendida no ato de cuidar.

Situação essa confirmada por Reis *et al* (2021), quando relembaram que, na atenção básica, o acolhimento, que é definido como um dos pilares da tecnologia leve, não acontece de forma satisfatória com pessoas trans, pois o enfermeiro não sabe como agir, limitando assim sua prática, quando muito, na promoção da saúde “generalizada” desse indivíduo. O ambiente que deveria ser de promoção e prevenção à saúde acaba tornando-se um ambiente de exclusão social, seja por preconceito por parte do profissional de enfermagem, seja por desconhecimento sobre como lidar com esse corpo que não se enquadra dentro das perspectivas de gênero impostas pela sociedade vigente.

Para Fernandes *et al* (2019), embora a maioria da equipe de enfermagem entrevistada em seu estudo tenha apresentado algum conhecimento sobre a assistência à saúde dos transexuais, é mandatório que haja adequação nas práticas em saúde ofertadas pelas instituições, para que, assim, estejam na assistência profissionais qualificados e sobretudo informados sobre a cultura heteronormativa e assim, de fato, repudiá-la, oferecendo acesso integral e cuidado humanizado, livre de preconceitos, discriminação e/ou desconhecimento.

Janini *et al* (2019) corroboraram que a pessoa enfermeira não detêm conhecimento significativo e também não há especialistas no assunto que estejam acessíveis para sanar dificuldades. Essa falta de sabedoria e o desprezo acentuado dos profissionais, culminam em um atendimento falho, pobre, superficial e muitas vezes deficiente. É constatado ainda, no mesmo estudo, que não há movimentação dos profissionais enfermeiros para sanar a lacuna de conhecimento sobre a questão de variabilidade de gênero e suas facetas, caminho esse que seria a chave para um atendimento mais assertivo, humanizado e sem preconceitos e barreiras.

5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Cinco artigos problematizaram a efetivação das políticas públicas elaboradas para as demandas em saúde da população trans. A Carta dos Direitos dos Usuários do SUS em 2006 enfatiza o direito de um atendimento humanizado, acolhedor e livre de discriminações para todos os cidadãos em território nacional (MINISTÉRIO DA

SAÚDE, 2006). Corroborando com tal, Gomes *et al* (2022) enfatizaram que, para atender essa população segundo as diretrizes do SUS, é necessário atentar-se às demandas específicas das pessoas trans, visando anular a vulnerabilidade dos usuários que, devido à desassistência em saúde, buscam meios não seguros de manutenção da própria saúde.

Identidade de gênero e orientação sexual tornaram-se determinantes sociais em saúde após a 13ª Conferência Nacional de Saúde em 2007, como destacaram Guimarães *et al* (2020). Com o objetivo de reduzir a desassistência em saúde que a população LGBT vinha sofrendo, diversas recomendações específicas foram estipuladas. Porém, analisando os discursos dos entrevistados do estudo, concluiu-se desinteresse para estudar o tema e apego a estigmas ligados à população trans e travesti.

Fernandes *et al* (2019) foram ao encontro dessa constatação, evidenciando, em uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem quantitativa, que 70% dos 40 profissionais da enfermagem entrevistados desconhecem as ações integrais estipuladas pelo Ministério da Saúde.

O estudo de Gomes *et al* (2022) destacou como primordial a necessidade de capacitação adequada de profissionais da saúde acerca do tema, pois a desinformação da equipe vai contra o proposto pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, institucionalizada na Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004, cujo objetivo é de transformar as práticas técnicas e sociais em saúde, garantindo qualidade de humanização nos serviços de saúde do SUS.

Reis *et al* (2021) corroboraram enfatizando que, apesar da PNSILGBT estar sendo trabalhada desde 2010 como resposta ao programa Brasil sem Homofobia (2004), a invisibilidade dessa temática na formação leva a desafios na atuação dos profissionais enfermeiros, e a lacuna educacional permanece como o principal desafio.

Destaca-se no Plano Operativo da PNSILGBT o eixo Educação Permanente e Educação Popular em saúde com foco na população LGBT, que objetiva a elaboração de ferramentas que garantam a educação em saúde para gestores e profissionais de saúde acerca das especificidades da população LGBT. Rigolon *et al* (2020)

evidenciaram através do referencial metodológico da História Oral que embora haja uma pequena movimentação para implementação do tema dentro dos espaços de saúde, existe uma repulsa, preconceito e indiferença por parte dos profissionais de saúde em cuidar de corpos trans, gerando uma negligência generalizada.

Lovinson *et al* (2019) concluíram que o conflito em efetivar leis e políticas específicas para essa população é um resultado da dificuldade da quebra de paradigmas culturais e que, apesar do avanço, a quebra de preconceitos se destaca como a tarefa mais difícil e tortuosa das políticas.

6 CONCLUSÃO

A elaboração da presente revisão permitiu concluir que o profissional enfermeiro não possui conhecimento significativo sobre gênero, sexualidade e atendimento às pessoas transgênero. À vista disso, torna-se inviável que a população trans seja acolhida de forma integral e humanizada, assim culminando em experiências desconfortáveis, por vezes constrangedora e de caráter discriminatório.

Foi observado também que a pessoa enfermeira de maneira geral, não possui capacidade de prover atendimento digno, sem estigmas e livre de preconceitos para as pessoas em não conformidade de gênero binária. O atendimento é desqualificado e o conhecimento faltante sobre a referida temática é substituído por julgamento de valores e preconceitos.

Existem políticas públicas para a saúde de toda a comunidade LGBTQIAP+ que não são aplicadas devidamente, e em alguns casos, não é conhecida pelos profissionais que atuam na assistência. Foi constatado que os profissionais nas unidades de saúde não têm um profissional especialista em gênero para sanar dúvidas, portanto as instituições de saúde precisam mobilizar profissionais e comunidade para prover educação sobre gênero e sexualidade.

Há uma lacuna nos currículos dos cursos de graduação em enfermagem, uma vez que, a temática de gênero e sexualidade não é discutida em praticamente nenhum momento do curso. Faz-se necessário que haja mobilização por parte das instituições de ensino para que essas temáticas façam parte do plano de ensino das disciplinas, bem como, haja a sensibilização dos professores a respeito desse tema, para trazer à discussão para sala de aula. Dessa forma, será possível proporcionar à formação

dos profissionais, esclarecimentos quanto a existência de pessoas que não se identificam com a binaridade heteronormativa da sociedade atual.

A população trans foi e é historicamente marginalizada e esse cenário se repete no ambiente de atendimento de saúde. O profissional de saúde, dentre eles a pessoa enfermeira, precisa ser capaz de atender a todos dentro dos princípios do SUS que rege a saúde em nosso país. Não é possível prover universalização, equidade e integralidade quando o profissional desconhece por completo questões tão discutidas na sociedade atualmente, como gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Julia Sousa Martins et al. Cuidar de pessoas transexuais na ótica dos residentes de enfermagem. **Rev enferm UERJ**, Rio de Janeiro, vol 26, p. 1 – 6, set. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/32030>. Acesso em: 05 fev. 2024.

American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5 ed. Porto Alegre, RS, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 06 maio 2024.

ANDRADE, Thaís C. Oliva Rufino; ANDRADE, Paulo A. Rufino. Processo Transexualizador no SUS: Um mecanismo de garantia da inclusão e plena dignidade de transgêneros e travestis. **Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação – VI ENPG**, Santos, SP, v.1, n.1 p. 233 – 238, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/index.php/ENPG/article/view/1104>. Acesso em: 06 maio 2024.

ANMEGHICHEAN, Maxim et al. **PRINCÍPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. [s. l.], jul. 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/bVhTsYHczGZMK3HMOVHTFVsg/#>. Acesso em: 06 maio 2024.

ARAÚJO, William Martins et al. Percepção de estudantes de enfermagem sobre o ensino da atenção à saúde de pessoas LGBTQIA+. **Rev Rene**. Fortaleza, CE: 2023, v. 24. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17619>. Acesso em: 04 maio 2024.

BARCHIN, Vinícius Fahad et al. Percepção de alunos de graduação da área da saúde acerca da abordagem sobre a saúde de LGBTI+. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, SP: 2021, v. 45, p. 175-186. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/1081>. Acesso em: 04 maio 2024.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 569–581, 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000200017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200017>. Acesso em: 5 maio. 2024.

BONASSI, B. C. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero**. 2017. Tese (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182706>. Acesso em: 06 maio 2024.

BRAGA, Denise da Silva. A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola. **Periferia**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 5–24, 2013. DOI: 10.12957/periferia.2012.8412. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/8412>. Acesso em: 5 maio. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 236 p.

FERNANDES, Maria Clara Lustosa et al. Conhecimento de profissionais de enfermagem acerca da assistência à saúde dos transexuais. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**. João Pessoa, PB, vol. 17, n. 2, p. 34 – 44, 2019. Disponível em: <https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/110> . Acesso em: 23 mar. 2024.

FRANCO, Mariana Ribeiro de Oliveira; CASTANHO, João Lucas Cruz; OLIVEIRA, Rodrigo Santos Custódio. Saúde e marginalização social: suprimindo falhas curriculares. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1793, 2019. DOI: 10.5712/rbmfc14(41)1793. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1793>. Acesso em: 5 maio. 2024.

GARCIA, Carla Cristina; SILVA, Fábio Mariano; SANCHEZ, Marcelo Hailer. Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 138, p. 321 - 341, maio – ago. 2020. Doi: <http://doi.org/10.1590/0101-6628.215>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qqQVBMm8rxh4k3JRVnfxMPG/#>. Acesso em: 05 maio 2024.

GOMES, Denildo de Freitas et al. Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, vol 26, jun. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1375399> .Acesso em: 05 fev. 2024.

GUIMARÃES, Nilo Plantiko et al. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [s. l.], v. 14, n. 2, 2020. DOI: 10.29397/reciis.v14i2.1712. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1712>. Acesso em: 5 maio. 2024.

JANINI, Janaína Pinto et al. A construção epistemológica da transexualidade: a ciência, enfermagem e o senso comum. **Escola Anna Nery**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 1 – 8, 2019. DOI: /10.1590/2177-9465-EAN-2018-0345. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/PQkcTM5R6kTrQwwKmfGGDzt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. **Researchgate**. (s/l), v. 1. Trabalho apresentado no VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABE, 2012. [Salvador, BA]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233854734_Identidade_de_genero_e_politicas_de_afirmacao_identitaria. Acesso em: 05 maio 2024.

LOVISON, Robson et al. Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde. **Enfermagem em foco**. v. 10, n. 5, p. 167 – 172. 2019. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2370/685>. Acesso em: 05 fev. 2024.

MELLO, Luiz et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 7-28, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/8ZZjpNCzgQMvJDDGRvLPYmk/?lang=pt#>. Acesso em: 06 maio 2024.

MENDES, Karina dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, SC, vol. 17, n. 4, p. 758 – 764, out. – dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MENDES, Valdeci Silva. **Aprendizagem da arte e ciência do cuidar em enfermagem na UFMT: uma abordagem étnico-racial**. 2015. Tese (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2015. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/128>. Acesso em: 06 maio 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução Nº 573, de 31 de janeiro de 2018. Aprova o Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem. Diário Oficial da União. Brasília: Presidente da República, [2018]. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso573>. Acesso em: 04 fev. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria nº 675/gm de 30 de março de 2006. Aprova Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que consolida os direitos e deveres do exercício da cidadania na saúde em todo o País. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 63 ed., 31 mar. 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: 1. ed., 2013, p. 36. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 17 abr. 2024.

MORAIS, Andréia Vanessa Carneiro et al. “Onde estão as pessoas trans?": temática da transgeneridade na graduação em enfermagem. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, MG, v. 19, 2023. DOI: 10.14393/Hygeia1967954. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/67954>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PEREIRA, Pâmela Liz Nunes; GAUDENZI, Paula; BONAN, Cláudia. Masculinidades trans em debate: uma revisão da literatura sobre masculinidades trans no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/MxvJdzwBN5bjMYXH6jndRpF/#>. Acesso em: 06 maio 2024.

REIS, Pâmela Suellen de Oliveira et al. Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais. **Revista online de pesquisa: cuidado é fundamental**, Rio de Janeiro, vol. 13, p. 80 – 85, maio 2021. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.7488. Disponível em: <https://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/7488>. Acesso em: 05 fev. 2024.

RIGOLON, Mariana et al. “A saúde não discute corpos trans”: história oral de transexuais e travestis. **Revista Brasileira de Enfermagem (REBEN)**. v. 73, suppl. 6, p. 1 – 8, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/x58YbB45vmkKFqh8zyhCCLC/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2024.

ROCON, Pablo Cardoso et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517–2526, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVqQ6WGjygRzLqfd8vRD/#>. Acesso em: 05 maio 2024.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Acesso à saúde pela população trans no brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/NGpjbDZLqR78J8Hw4SRsHwL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 maio 2024.

ROSA, Danilo Fagundes et al. Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. **Revista Brasileira de Enfermagem (Reben)**. v. 72, suppl 1, fev. 2019. DOI: 10.1590/0034-7167-2017-0644. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/J8GsdDH6ZKb96b8DfdXQfbF/?lang=pt> .Acesso em: 05 fev. 2024.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 12, n. 2, p. 35–50, maio – ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QVnKzsbHFngG9MbWCFFPPCv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2024.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul. – dez. 1990.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO. **Protocolo para o cuidado integral à saúde de pessoas trans, travestis ou com vivências de variabilidade de gênero no município de São Paulo**, 2ª ed., São Paulo, jun. 2023, p. 374. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Protocolo_Trans_Travesti_Viv_variab_genero_2a_ed2023.pdf. Acesso em: 05 maio 2024.

SOUZA, Eduardo Sodré; TANAKA, Luiza Hiromi. Cuidado em saúde: pesquisa-ação com pessoas trans em situação de rua. **Revista Brasileira de Enfermagem (Reben)**, [s. l.], v. 75, S-2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/yhwykMJV5LpzjVvwLzwJQcc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2024.

SOUZA, Maria de Lourdes *et al.* O Cuidado em Enfermagem: uma aproximação teórica. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, SC, v. 14, n. 2, p. 266–270, jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/RPGd7WQhG6bbszqZZzjG4Rr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 06 maio 2024.

VERAS, Pedro Henrique Lima et al. Acolhimento de travestis e transexuais na atenção primária à saúde: uma revisão bibliográfica. **Rev. Enferm. Atual In Derme**. Rio de Janeiro, vol. 95, n. 36, p. 1 -9, out. – dez. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1373694> .Acesso em: 05 fev. 2024.